



Número 104– Agosto de 2011

A crise econômica mundial e as turbulências recentes

A crise econômica mundial e as turbulências recentes

Há quatro anos – desde agosto de 2007, quando o DIEESE divulgou a Nota Técnica 48, *A turbulência financeira mundial e a conjuntura dos próximos meses*, os problemas econômicos internacionais têm sido observados pela equipe do Departamento. Esta nota técnica tem como objetivo analisar brevemente a situação da economia mundial no período recente e fazer algumas considerações sobre como o novo aguçamento dessa crise pode afetar a trajetória da economia brasileira no próximo período.

Este texto retoma a linha de análise de duas notas técnicas anteriores - 48, de agosto de 2007 e a de número 78, de novembro de 2008, intitulada *A crise financeira recente: fim de um padrão de funcionamento da economia mundial?* que trouxe considerações sobre a crise financeira no segundo semestre de 2008, evidenciada a partir da quebra do banco de investimentos norte americano Lehman Brothers. Seguindo essa linha de análise, a crise atual não é uma novidade, mas a continuação de uma situação explicitada a partir de 2007, e que teve o seu momento mais agudo, até aqui, ao longo do segundo semestre de 2008.

Da resposta à crise de 2008 até a atual

A crise financeira do final da década passada viu os governos dos principais países elaborarem um conjunto de políticas a fim de conter seus efeitos deletérios. Um dos principais elementos dessa resposta resultou de articulação do chamado G-20¹. Em fins de 2008, quando eclodiu o período mais agudo da crise, o G-20 tomou a si o tema da administração da crise, do salvamento do sistema econômico e financeiro que ruía sob um mar de turbulências oriundas da especulação financeira, e da recessão econômica. Desse modo, buscou-se tratar a crise financeira não como resultado de uma conjuntura específica, mas sim como um processo sistêmico e multifacetado. Todavia, essa perspectiva sobre a crise foi se atenuando, senão se apagando, ao longo de 2010.

No primeiro momento, houve a tentativa de sustentar uma base ideológica e política para a retomada de uma intervenção mais ativa e coordenada dos Estados Nacionais, visando praticar uma nova regulação no sistema financeiro, em razão dos desajustes promovidos pelo capitalismo, particularmente depois das reformas liberalizantes e da desregulamentação instauradas desde os anos 1980. Em seguida, observou-se que grande parte da ação dos Estados Nacionais se concentrou na recuperação de empresas e instituições financeiras, que

¹ A interdependência entre os Estados Nacionais em um mundo globalizado, e com suas finanças liberalizadas, permitindo a livre movimentação dos fluxos financeiros, inclusive os especulativos, se apresenta de forma crítica em momentos de crise, em função da capacidade de contaminação de seus efeitos entre as economias nacionais. Dados os limites para a administração da crise em 2008, mesmo para as maiores economias capitalistas, foi articulado um espaço concertado dos chefes de governo desses países, mais um conjunto de países emergentes, que já se articulavam como um espaço entre autoridades monetárias e financeiras desde a crise asiática de 1997. Os países que compõem o grupo são: Alemanha, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Inglaterra, Itália, Japão, México, Rússia, Turquia e a representação da União Européia.

estavam em dificuldades, de modo de garantir a sobrevivência e a manutenção do capitalismo financeirizado.

Ou seja, embora tivesse sido reconhecida a natureza instável e volátil dos mercados, que foram os responsáveis pela crise, e a necessidade de uma maior participação dos Estados Nacionais para regulá-los, a coalizão de forças existentes limitou a atuação do Estado para garantir a solvência do sistema por meio de grandes aportes de recursos públicos e da ampliação do crédito.² A injeção de recursos no sistema foi bastante expressiva, como se pode ver na Tabela 1, chegando a mais de 70% do PIB nacional em países como EUA e Reino Unido, até 2009:

Tabela 1
Pacotes de Apoio até 2009

	Reino Unido	EUA	(em US\$ trilhões) Zona do Euro
Banco Central			
“Criação de Dinheiro”	0,32	3,76	0,98
Troca de Passivos	0,30	0,20	0,00
Governo			
Garantias	0,64	2,08	>1,68
Seguro	0,33	3,74	0,00
Capital	0,12	0,70	0,31
Total (em % do PIB)	74%	73%	18%

Fonte: Banco da Inglaterra, Financial Stability Report, Junho 2009. Números para o Reino Unido atualizados até 4 de novembro de 2009. Citado em Alessandri & Haldane, Table 1, Banking on the State, Bank of England, Novembro, 2009.

Num mundo em que as finanças se tornaram hegemônicas, abrangendo inclusive a própria esfera produtiva, foram criadas barreiras para que o Estado pudesse ampliar sua capacidade de regulação, como por exemplo, mediante a imposição de controles de capitais ou de taxaço dos fluxos financeiros. Isso se deveu ao fato de os mercados financeiros permanecerem “driblando” a regulação existente e evitarem que novas regulações fossem introduzidas para alterar seu modo de funcionamento. Mesmo levando-se em conta os riscos crescentes e a ampla fragilidade desse sistema desregulamentado, continuaram prevalecendo os interesses privados e as possibilidades generosas de ganhos dos capitais financeiros até que eclodisse a crise atual.

Desse modo, a crise atual foi resultado daquele processo que se iniciou em 2008, cujas características centrais não foram alteradas. Dessa perspectiva, ficaram mantidos ou quase inalterados os mecanismos da especulação financeira, e novamente fortalecidos os agentes financeiros pelos próprios programas de apoio dos governos por intermédio de políticas de salvamento e de expansão quantitativa da base monetária (no caso de alguns países como os Estados Unidos, foram adotadas taxas de juros muito próximas a zero). Essas políticas, num

² Esse movimento de salvamento representava, apesar da quebra de algumas instituições financeiras e empresas produtivas neste período, um movimento de “estatização” da crise, em que os passivos comprometidos oriundos do setor privado passavam rapidamente aos Estados Nacionais. Assim, por um lado, o processo de tentar salvar o sistema em 2008 baseou-se fundamentalmente nesses programas de salvamento, ampliando expressivamente o comprometimento dos orçamentos nacionais. Por outro lado, as medidas de regulação financeira apontadas e prometidas no início da crise foram, na sua maior parte, adiadas, ou então restritas às chamadas “medidas macroprudenciais”, isto é, medidas que buscam de alguma forma prevenir os problemas macroeconômicos, além de algumas medidas de regulação que se limitaram ao âmbito nacional.

cenário de crescente redução dos gastos públicos nos países desenvolvidos, não se mostraram capazes de inverter a lógica responsável pela crise de 2008. Isso porque, em primeiro lugar, não houve alterações cruciais do aparato regulatório financeiro e, em segundo lugar, as políticas econômicas não visaram reativar o investimento, a geração de empregos e ampliação da capacidade produtiva. Não por acaso, mesmo um economista próximo ao *establishment*, como Paul Krugman, alertou para inoperância da atual estrutura econômica:

*“A grande bolha imobiliária da década passada, que foi um fenômeno tanto estadunidense quanto europeu, esteve acompanhada por um enorme aumento da dívida familiar. Quando a bolha estourou, a construção de residências desabou, assim como o gasto dos consumidores na medida em que as famílias sobrecarregadas de dívidas faziam cortes. Ainda assim, tudo poderia ter ido bem se outros importantes atores econômicos tivessem aumentado seu gasto e preenchido o buraco deixado pela crise imobiliária e pelo retrocesso no consumo. Mas ninguém fez isso. As empresas que dispõem de capital não viram motivos para investi-lo em um momento no qual a demanda dos consumidores estava em queda. Os governos tampouco fizeram muito para ajudar”.*³

Até o presente momento, essa crise não impulsionou transformações significativas. As medidas aprovadas nas reuniões do G-20, por exemplo, – como o reforço da institucionalidade e do funcionamento das instituições financeiras multilaterais existentes – mostraram que os líderes das principais economias do mundo insistiram em medidas de socorro, especialmente financeiras, como se essas injeções de recursos fossem capazes de fazer o sistema voltar a funcionar como anteriormente, ou pelo menos, de forma muito parecida. Ademais, mais recentemente, os países em dificuldades – incluindo os próprios Estados Unidos – reafirmaram sua opção por realizar medidas de arrocho fiscal.

A paralisação dos agentes econômicos não apenas retardou a recuperação, principalmente dos países desenvolvidos, como também reforçou a lógica atual do sistema capitalista financeirizado. Esta lógica ampliou a integração entre o capital financeiro e produtivo, com a complacência dos Estados Nacionais, e reforçou a divisão internacional de trabalho que foi sendo desenhada desde os anos 1980. Nesse cenário, a desenfreada concorrência global motivou uma progressiva “exportação” das indústrias dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento, buscando maximizar vantagens de localização no âmbito mundial (acesso a matérias primas e energia baratas, vantagens de custo de mão de obra, vantagens fiscais, etc.) e acentuou a busca de valorização do capital produtivo na esfera financeira.⁴ Com efeito, por um lado, os países em desenvolvimento consolidaram sua

³ KRUGMAN, P. Podemos estar perto de reviver a crise de 1930. Carta Maior, São Paulo, 25 de julho de 2011.

⁴ Nesse sentido, o presidente dos EUA, Barack Obama, afirmou que o país não poderia manter sua posição de máquina de consumo, como ocorreu nos últimos 20 anos, e que os países cujos superávits comerciais foram criados com os EUA deveriam expandir seus mercados internos de modo a compensar a redução do dinamismo do mercado norte-americano. Essa posição dos EUA está em discussão no G-20, já que Alemanha e China se opõem a mudanças expressivas, mas aponta para uma situação de comércio mundial muito mais regulado, mesmo que talvez nacionalmente, ou pelo menos para uma forte redução do ânimo por mais liberalização comercial. Ver a respeito MINEIRO, Adhemar, e CASTRO, Clarisse, “O Brasil e o G20 Financeiro”, Rio de Janeiro, REBRIP/OXFAM, Junho de 2011, mimeo.

posição de grandes produtores e fornecedores de manufaturas (no caso da Ásia), matérias primas e *commodities* (no caso da América Latina e África). Por outro lado, os países desenvolvidos especializaram-se em serviços financeiros e não financeiros, atividades de comércio e desenvolvimento de tecnologia, assegurando internamente apenas algumas de suas cadeias produtivas.

A crise trouxe impactos sociais negativos, como a criação de empregos de baixa qualidade, ampliação da desigualdade renda e a queda dos rendimentos da massa assalariada. Além disso, a economia dos países desenvolvidos passou por contínua deterioração de sua posição no comércio internacional – com algumas exceções, como a Alemanha, que se favoreceu de uma situação privilegiada dentro da União Européia – e se tornou cada vez mais interligada aos movimentos das finanças internacionais. Com a abertura dos mercados norte-americano e europeu para absorver bens industriais asiáticos (da China, em especial) e *commodities* e produtos básicos de outras regiões em desenvolvimento, foi possível a outros países acumularem superávits comerciais nas relações com Estados Unidos e Europa. O sistema financeiro disponibilizou novas fontes de financiamento às famílias, que sofreram com a forte redução dos salários e o aumento do desemprego, e deu às empresas oportunidades de multiplicar seus lucros acumulados nos países em desenvolvimento.

Desse modo, a turbulência atual não somente se afirmou como um evento decorrente da crise de 2008, como também refletiu uma nova lógica da economia internacional, na qual as finanças assumiram um papel central e a estrutura produtiva passou por uma intensa reorientação espacial. A despeito dessas características mais gerais, a crise atual ganhou novos contornos em função de uma conjuntura específica envolvendo os principais países desenvolvidos, bem como a China.

A crise recente nas principais regiões do mundo

A dificuldade se construir uma perspectiva comum de enfrentamento da crise, a despeito do grande avanço da cooperação em âmbito internacional, foi explicado pelas ações individuais dos Estados Nacionais. Embora o G-20 tivesse ganho fôlego como fórum para debate sobre mecanismos de concertação política e econômica em momento de crise, na prática, observou-se que as soluções têm sido buscadas em âmbito nacional, com exceção do caso europeu, cujo arranjo institucional criado pelo bloco aumentou a interdependência entre as economias dos Estados Nacionais.

Nos Estados Unidos, a dificuldade de produzir consenso esteve manifesta no embate entre democratas e republicanos sobre as medidas para enfrentamento da crise. Além de acumular um déficit público crescente mesmo antes de 2008 – muito em função dos expressivos gastos militares –, os recentes programas de salvamento de bancos e empresas produtivas representaram um significativo esforço fiscal. As medidas de enfrentamento não lograram reverter a desaceleração da atividade econômica e o elevado desemprego, registrado a taxas superiores a 9%.

A questão virou pauta prioritária dos debates no Congresso, que se encontra dividido, com os democratas detendo maioria no Senado, enquanto os republicanos dominam a

Câmara, e ambas as casas apresentam dificuldades de relacionamento com o Executivo. Em linhas gerais, o embate foi caracterizado por democratas defendendo maior tributação para as rendas mais elevadas e aumento dos gastos com políticas sociais, mais especificamente assistência médica, educação e emprego; e republicanos repudiando uma elevação de impostos e clamando por ajuste fiscal, com maiores cortes nos gastos do governo.

O embate mais recente materializou-se no acordo final a respeito dos limites do endividamento do governo dos Estados Unidos. Após algumas semanas de discussão, foi aprovado um pequeno aumento da capacidade de endividamento – que deve permitir a gestão até o fim do atual governo, no final do ano que vem – e expressivos cortes de gastos – algo pouco inferior a US\$ 40 bilhões este ano, mas um corte total de cerca de US\$ 3 trilhões ao longo dos próximos 10 anos. Esse acordo representa a retirada de importantes programas de gasto que visavam ativar a economia norte-americana após a crise de 2008, e provavelmente se traduz em menores índices de crescimento econômico (senão recessão) e em aumento do desemprego.

A situação confirmou o caráter político da crise. Ainda que o elevado gasto público nos últimos anos tivesse gerado recorrentes déficits fiscais, os Estados Unidos, por possuírem os ativos mais seguros da economia internacional (o dólar e os títulos da sua dívida pública), não apresentaram problemas de financiamento de sua dívida. Com efeito, o comprometimento da capacidade de desembolso do Estado para contrabalançar a desaceleração econômica esteve mais associado à possibilidade de um veto à elevação do teto da dívida do que pela ausência de mecanismos econômicos para financiá-lo.⁵

Contudo, segundo a “leitura” do mercado financeiro, o risco não estava de fato na discussão de limites de endividamento, muito menos no rebaixamento da classificação de risco dos títulos públicos dos Estados Unidos anunciado pela agência de avaliação Standard & Poor’s, pois esses continuaram sendo negociados sem problemas. A questão de fato era uma nova determinação dos preços dos ativos, agora sob a perspectiva inevitável da recessão – face aos cortes de gastos e restrições ao principal elemento que vinha dando algum fôlego à produção no país –, ou seja, a queda dos preços na economia como um todo face à perspectiva de resultados medíocres ou negativos no futuro.

No caso da Europa, desde 2009, as políticas de arrocho fiscal têm sido privilegiadas, mesmo em um quadro de desempenho muito diferenciado entre os países do bloco. Enquanto Alemanha, Holanda, Dinamarca e Suécia, por exemplo, têm apresentado desempenhos melhores na atividade econômica, outros países como Irlanda, Portugal, Grécia, Bulgária, Romênia e Lituânia têm atravessado situações muito complicadas. Nesse último grupo, algumas nações já têm sofrido forte supervisão e programas de ajuste, capitaneados pelas autoridades monetárias e financeiras européias e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, Reino Unido, Espanha e Itália têm sido frequentemente apontados como estando no limite da administração autônoma de suas dívidas públicas, podendo também vir a ter necessidade de se submeterem a “programas de ajuda”. Nesse caso, esses países deveriam, em

⁵ A dificuldade de se alcançar um acordo entre os grupos políticos num momento crítico, e as insatisfações com a proposta aprovada, impediram a realização de ajustes mais estruturais até, pelo menos, as próximas eleições.

contrapartida aos aportes financeiros, tentar administrar o problema da gestão da dívida pública interna, comprometendo-se a gerir pesados programas de ajuste fiscal prescritos pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu (BCE), e, por suposto, pelo FMI.

Na primeira semana de agosto, a França, país considerado pilar político da União Europeia junto com a Alemanha, foi alvo dos especuladores financeiros em função de indicadores pouco sólidos para o mercado (mais de 80% de endividamento público e cerca de 7% de déficit orçamentário), o que colocou novamente em risco a solidez da União Europeia. A grande questão é, seja qual for o país endividado, os principais bancos franceses e alemães são grandes detentores dessas aplicações e, por isso mesmo, vulneráveis a quaisquer dificuldades daqueles países.

A esse respeito, o BCE tem manifestado o compromisso de comprar dos bancos credores os títulos de países em situação crítica, garantindo a renegociação da dívida e preços em situação mais favorável. Entretanto, o pacote anunciado para esta medida não seria de valor suficiente para cobrir boa parte das dívidas desses países e, o que deveria acalmar os ânimos, gerou inquietação, refletida na forte queda das bolsas no início de agosto.

A dificuldade de manobra no âmbito da crise no bloco europeu evidenciou as dificuldades de uma união monetária que precedeu uma união política de fato, já que as soberanias nacionais estiveram mantidas no que se refere às diversas decisões de cunho político e social, e à gestão fiscal. Assim, embora tivessem relativa liberdade para gerir suas políticas fiscais, os países ficaram limitados às políticas cambiais e monetárias impostas pelo BCE. No caso do câmbio, por exemplo, sendo o euro uma moeda única, os países não tiveram como alterar o valor de sua taxa de câmbio a fim de melhorar os termos de troca com seus parceiros comerciais, viabilizando uma recuperação econômica das exportações.

Nesse sentido, as dificuldades enfrentadas pelo bloco europeu colocaram em xeque as estruturas criadas para sua unificação. Alemanha e França, líderes do bloco, detiveram a capacidade de intervir de forma a buscar a estabilização dos países com problemas no balanço de pagamentos. Para tanto, contudo, esses países necessitaram a aprovação em seus parlamentos, submetendo seus governos à anuência pública.

Resta saber se existe uma decisão no sentido de sacrificar as economias nacionais em prol da recuperação de todo o bloco europeu. De qualquer forma, a situação aponta para a necessidade de reformas nas instituições comunitárias, isto é, da chamada “comunidade europeia”.

Desde o começo da crise muito se falou sobre a possibilidade de os países emergentes, mais particularmente os asiáticos, dentre estes a China, contribuir de forma importante para dar algum fôlego à economia internacional. Mesmo que ocorra um arrefecimento das exportações para seu principal parceiro comercial – os Estados Unidos –, o país tem garantido o forte ritmo de crescimento a partir de seu mercado interno. Os significativos investimentos em especial no setor de infraestrutura têm logrado assegurar níveis crescentes de emprego e renda. Todavia, a sustentação de crescimento colocou à China diversos desafios, como pressões de preço e geração de capacidade ociosa.

Desse modo, a tendência é de que a China busque “administrar” o ritmo de seu crescimento de forma a evitar problemas de super-aquecimento da economia. Qualquer que seja a forma como isso se dará, tornar-se-á mais um elemento que contribui para colocar dúvidas sobre a capacidade asiática de contrabalançar a crise atual nos países desenvolvidos.

Impactos sobre o Brasil

Desde o início do processo de abertura comercial e financeira nos anos 1990, observou-se um forte atrelamento da economia brasileira aos movimentos dos mercados de capitais e de comércio globais. Como lembraram Belluzzo e Carneiro (2003, p. 8)

“(...) na conta de capital, os ciclos internacionais de liquidez induziram sucessivos períodos de entrada e saída de capitais, não raro redundando em crises cambiais e ocasionando uma instabilidade permanente das variáveis macroeconômicas domésticas”.⁶

No comércio exterior, a desarticulação das cadeias produtivas nacionais, a partir da forte concorrência exercida pelo capital estrangeiro associada aos “incentivos” existentes para importar, com a valorização do real, teve como consequência a progressiva concentração da pauta exportadora em produtos primários, e a ampliação das importações de manufaturados tanto para atender as demandas existentes, em especial com o crescimento da renda e a ampliação do crédito, como para substituir setores que estavam sendo estrangulados. Desse modo, além da elevada vulnerabilidade observada no balanço de pagamentos, também se notou um processo de forte desnacionalização da indústria brasileira.

Não por o acaso, ao longo dos anos 1990 e 2000, os períodos de turbulência internacional trouxeram impactos deletérios para a economia brasileira. Na crise financeira de 2008, por exemplo, os resultados ocasionados pela abrupta queda de liquidez no mercado financeiro internacional, aliados à queda da demanda internacional e dos preços dos bens primários, não foram ainda piores em função da política macroeconômica pró-ativa realizada pelo governo. Em primeiro lugar, buscou-se garantir liquidez ao sistema financeiro, por meio do Banco Central, e ampliar o crédito ao consumo e à produção mediante o sistema bancário público, utilizando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil e a Caixa. Em segundo lugar, apostou-se no fortalecimento do mercado interno, dando continuidade à valorização do salário mínimo, à ampliação do crédito para consumo, promovendo isenções fiscais condicionadas à manutenção da produção aos setores mais afetados e ampliando o programa de investimentos do setor público.

Mesmo adotando esse conjunto de medidas, o Brasil não apenas apresentou uma diminuição do produto interno bruto (PIB), como também uma queda nas exportações, nos investimentos estrangeiros e na produção industrial. No período atual, o cenário não tem se mostrado muito distinto, uma vez que nesse último mês o país já começou a ser fortemente impactado pelas turbulências internacionais. Os índices da Bolsa de Valores oscilaram

⁶ BELLUZZO, L. G. M; CARNEIRO, R. M. Globalização e Integração Perversa. Política Econômica em Foco, n. 1 – maio/ago. 2003.

fortemente, o dólar se valorizou frente ao real, a mídia expressou o pânico do mundo financeiro e, por fim, os representantes do governo buscaram anunciar a execução de novas medidas macroeconômicas a fim de acalmar a apreensão do mercado financeiro e do empresariado. A despeito desse fato, os mercados e as empresas brasileiras passaram a refazer, de forma mais cautelosa e negativa, os cálculos face à nova conjuntura internacional.

A essas mudanças acrescenta-se a posição subordinada assumida pelo Brasil na nova divisão internacional, como ressaltado na primeira seção dessa nota técnica. Primeiramente, a especialização na produção de alimentos e matérias primas tornou a economia brasileira dependente da expansão dos mercados consumidores externos – notadamente dos países desenvolvidos e da China –, bem como da evolução dos preços internacionais de *commodities*. Posteriormente, o acirramento da competição na esfera produtiva especialmente pela China, num cenário de ampla abertura comercial somada à ausência de políticas industriais mais agressivas, motivou as empresas nacionais a sobreviverem por meio da ampliação de importações e aumento do conteúdo importado dos produtos aqui “montados”, além de se buscarem multiplicar sua riqueza obtida na produção dentro dos mercados financeiros.

Assim, uma recessão internacional poderia afetar o Brasil por dois canais distintos: a retração da demanda externa por produtos primários e/ou a forte contração dos mercados financeiros internacionais.

Sobre o primeiro ponto, uma crise nos países desenvolvidos, somado a uma possível redução da taxas de crescimento das importações chinesas, significaria novamente uma desaceleração da economia nacional e a imposição de grandes desafios ao balanço de pagamentos. No comércio exterior, a grande dependência desses mercados para exportações brasileiras – principalmente de produtos básicos, cujos preços são determinados principalmente pelos mercados financeiros desses países – teria um impacto tanto na quantidade, como nos preços exportados. Essas três regiões (Grande China – o que inclui a China, Hong Kong, Macau e Taiwan –, União Européia e Estados Unidos) absorveram, na segunda metade dos anos 2000, grande parte das exportações brasileiras. Nesse cenário, tornou-se um agravante a queda das exportações brasileiras para os Estados Unidos – onde os produtos manufaturados têm maior peso – frente ao crescimento das exportações para a China, que são dominadas por produtos básicos (ver Tabela 2). Desse modo, nossa estrutura exportadora tem ficado cada vez mais exposta às mudanças de humor no mercado internacional, seja pelo efeito renda dos países importadores, seja pelo efeito especulativo dos mercados financeiros.

Sobre o segundo ponto, uma crise financeira internacional tenderia a promover, por um lado, uma rápida fuga de capitais com desvalorização dos ativos financeiros e, por outro, uma alteração nos preços relativos da economia e também uma queda no valor das *commodities*. Como se observou na crise financeira de 2008, “a fuga dos capitais privados para ativos mais líquidos e seguros – especialmente títulos do Tesouro dos Estados Unidos e o próprio dólar – provocou um forte enxugamento de liquidez internacional e teve como desdobramento imediato a valorização da moeda americana (...), além da queda do preço das

commodities no mercado externo” (GOMES, 2010, p. 58).⁷ Além disso, como tem se registrado nos anos a partir de 2007, as dificuldades financeiras nas matrizes faz com que aumente muito a remessa de lucros por parte das empresas transnacionais atuando no Brasil, pressionando ainda mais o Balanço de Pagamentos do país.

TABELA 2
Exportações brasileiras de produtos básicos
Regiões selecionadas - 2005-2011

(Em US\$ e %)

Anos	Grande China	% (b/t) ⁽¹⁾	União Européia	% (b/t)	EUA	% (b/t)
2005	5.081.939.042	65,79	12.993.813.559	48,05	2.106.826.564	9,24
2006	6.782.312.481	71,89	13.615.173.322	43,86	3.536.662.700	14,28
2007	8.868.551.992	73,38	18.190.070.566	44,99	4.870.061.374	19,24
2008	14.206.101.295	77,49	21.697.263.186	46,77	6.261.870.098	22,65
2009	17.853.670.247	78,07	16.196.518.071	47,59	4.067.922.393	25,85
2010	27.071.362.065	83,28	21.342.025.768	49,48	5.996.577.452	30,81
2011 ⁽²⁾	18.442.236.743	87,85	12.775.028.662	50,01	3.904.090.115	33,22

Fonte: Secex/Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio (MDIC). Elaboração DIEESE.

Notas (1) Relação entre as exportações de produtos básicos as exportações de todos os produtos

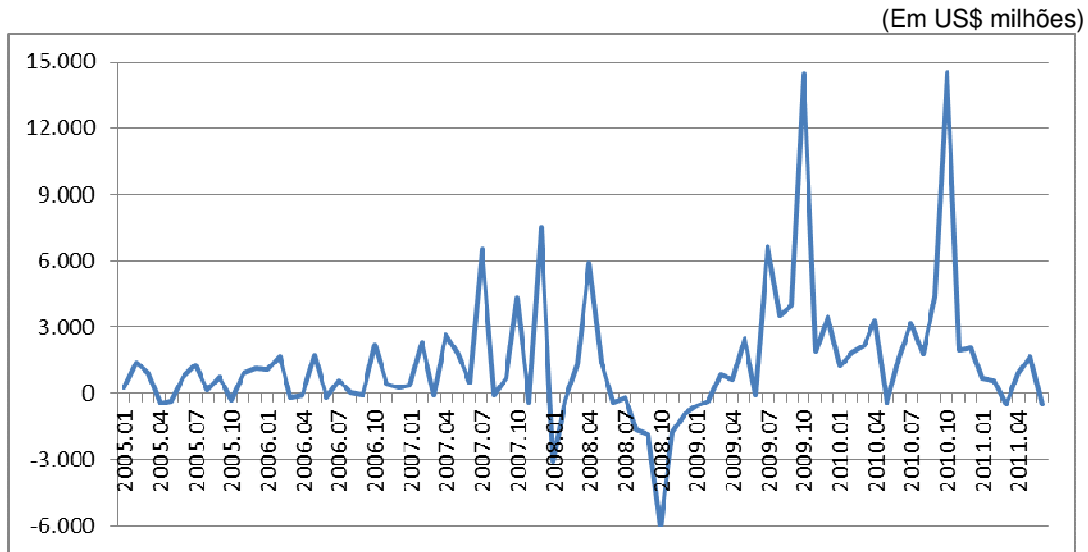
(2) Inclui dados até junho

Em que pese a importância da instauração de alguns controles, como no estabelecimento do imposto sobre as operações financeiras (IOF), os primeiros sinais de turbulência já resultaram numa contração dos investimentos externos e uma reversão das expectativas do setor produtivo e financeiro. Não foi por outro motivo que, no atual cenário, da mesma forma que em 2008, o fluxo líquido de investimentos estrangeiros em ações se tornou negativo (Gráfico 1).

Com efeito, uma possível conjuntura de retração das economias desenvolvidas e, em menor escala, da China, a exemplo dos eventos anteriores, apresenta um cenário de grandes dificuldades para economia nacional. De um lado, para sustentar as exportações nacionais e, de outro, para atrair investimentos seja de portfólio – em razão da existência de uma aversão dos agentes financeiros em investir nos emergentes – seja diretos – por causa da imobilização de recursos realizada pelas empresas estrangeiras europeias e norte-americanas.

⁷ GOMES, K. R. A crise financeira e o comportamento do mercado brasileiro: entre a euforia e a incerteza. In: ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F. Crise Financeira Global: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil. Brasília: Deint/Ipea, 2010.

GRÁFICO 1
Fluxos líquido de investimentos estrangeiros em ações
2005-2011



Fonte: Ipeadata
 Elaboração DIEESE

Apesar disso, agora em 2011 existem condições melhores para uma reação do Brasil, dado o volume de reservas maior e certa desaceleração do ritmo da atividade econômica do país, que poderia abrir espaço para sua expansão. Entretanto, para viabilizar essa reação, o atual governo precisaria fazer uma forte inflexão no discurso do ajuste fiscal que tem expressado desde o início desse ano, em linha com as políticas que, aplicadas na Europa e EUA, têm empurrado o mundo para o acirramento da crise. Ou seja, seria necessário retomar as políticas de ampliação do crédito e do gasto público para impulsionar os investimentos. E deveria, principalmente, executar uma política industrial fortemente articulada com a gestão macroeconômica e entre os vários elos da cadeia de produção, a fim de reduzir nossa elevada dependência do setor primário e evitar a queda da produção, da renda e do emprego no país.

Algumas novidades importantes, entretanto, apareceram em outros segmentos como novas possibilidades de enfrentamento desse cenário adverso. Nesse sentido, chamou a atenção a criação, no último dia 12 de agosto, do Conselho de Economia e Finanças da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), como um importante espaço autônomo de articulação de políticas regionais de enfrentamento da crise e, mais do que isso, um instrumento no sentido de reagir à crise aprofundando a integração regional sul-americana.

Perspectivas para os próximos meses

Os próximos meses devem representar um período de forte turbulência nos mercados financeiros, e de retomada das discussões sobre o enfrentamento da crise atual que estiveram bastante avançadas em 2008-2009, mas que refluíram em seguida, conforme os vários agentes econômicos se acomodavam ao novo ambiente da crise e esta tomava um rumo menos agudo, porém mais crônico.

Entretanto, esses debates se darão politicamente em uma conjuntura muito menos favorável do que foi o período 2008-2009. Os impasses políticos nos Estados Unidos e na Europa, e a clara opção pela ênfase fiscal, colocam cores de um cinza escuro para o futuro da economia internacional. Nessa perspectiva, a atuação dos Estados Nacionais é absolutamente imprescindível para regular e/ou ativar as economias, especialmente quando o gasto público é quase o único componente de demanda sobre o qual se poderia influir mais diretamente, objetivando reativar as combatidas economias nacionais.

O espaço da disputa pela estruturação de um novo padrão de funcionamento da economia internacional segue aberto, e essa talvez seja a boa notícia. De outro lado, o risco é que a hegemonia hoje parece ainda ser dos que, saudosos do período anterior da hegemonia dos mercados financeiros, seguem buscando recolocar nos trilhos e fazer andar um trem que já não tem para onde ir.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Secretário: Pedro Celso Rosa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretora Executiva: Ana Tércia Sanches

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: João Vicente Silva Cayres

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Tadeu Morais de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Nelson Karam – coordenador de educação

Francisco J.C. de Oliveira – coordenador de pesquisas

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe Técnica

Adhemar Mineiro

Jéssica Naime

Rodrigo Pimentel Ferreira Leão

Nelson Karam (revisão técnica)

Sérgio Mendonça (revisão técnica)

Iara Heger (revisão de texto)